

O papel do Serviço Social na Saúde Mental: uma breve análise bibliográfica

The role of social work in mental health: a brief literature review

El papel del Servicio Social en la Salud Mental: un breve análisis bibliográfico

DOI: 10.5281/zenodo.18697449

Recebido: 22 jan 2026

Aprovado: 11 fev 2026

Ana Paula Cordeiro Chaves Gursen

Graduada em Serviço Social e Especialista na área da Educação

Instituição de formação: Fapan - Faculdade Pan Amazônica do Pará

Endereço: Ananindeua - PA

Orcid: <https://orcid.org/0009-0006-8357-3059>

E-mail: paulacordeirochaves@gmail.com

RESUMO

O presente artigo examina o papel do Serviço Social no campo da saúde mental, com ênfase na prática profissional do assistente social. Para tanto, busca-se compreender a evolução histórica da profissão no Brasil, desde sua fase inicial, situada entre as décadas de 1940 e 1960, até sua consolidação no período posterior à ditadura militar. Como método de pesquisa científica, adotou-se a revisão bibliográfica, de natureza qualitativa, a qual possibilitou a análise e a sistematização de produções científicas relevantes sobre o tema em estudo. Essa abordagem fundamenta-se na coleta e interpretação de informações consolidadas no campo acadêmico, permitindo a compreensão aprofundada dos conceitos, debates e contribuições teóricas relacionadas à atuação do Serviço Social na saúde mental. Nesse cenário, os principais resultados revelam que a atuação do assistente social na saúde mental vai além da simples oferta de serviços. Ela abrange a defesa dos direitos das pessoas que enfrentam sofrimento psíquico, o fortalecimento da inclusão social e a luta contra os estigmas que historicamente cercam os transtornos mentais. A presença desse profissional em equipes interdisciplinares é fundamental para desenvolver estratégias de cuidado que priorizam a autonomia dos usuários, assegurando um atendimento integral e humanizado.

Palavras-chave: Serviço Social. Saúde Mental. Intersetorialidade. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This article examines the role of social work in the field of mental health, with an emphasis on the professional practice of social workers. To this end, it seeks to understand the historical evolution of the profession in Brazil, from its initial phase, between the 1940s and 1960s, to its consolidation in the period following the military dictatorship. As a scientific research method, a qualitative literature review was adopted, which enabled the analysis and systematization of relevant scientific productions on the topic under study. This approach is based on the collection and interpretation of consolidated information in the academic field, allowing for an in-depth understanding of the concepts, debates, and theoretical contributions related to the role of Social Work in mental health. In this scenario, the main results reveal that the role of social workers in mental health goes beyond simply providing services. It encompasses defending the rights of people experiencing psychological distress, strengthening social inclusion, and fighting against the stigma that has historically surrounded mental disorders. The presence of these professionals in interdisciplinary teams is essential for developing care strategies that prioritize user autonomy, ensuring comprehensive and humane care.

Keywords: Social Work. Mental Health. Intersectorality. Public Policy.

RESUMEN

El presente artículo examina el papel del Servicio Social en el campo de la salud mental, con énfasis en la práctica profesional del asistente social. Para ello, se busca comprender la evolución histórica de la profesión en Brasil, desde su fase inicial, situada entre las décadas de 1940 y 1960, hasta su consolidación en el período posterior a la dictadura militar. Como método de investigación científica, se adoptó la revisión bibliográfica, de naturaleza cualitativa, que permitió el análisis y la sistematización de producciones científicas relevantes sobre el tema en estudio. Este enfoque se basa en la recopilación e interpretación de información consolidada en el ámbito académico, lo que permite una comprensión profunda de los conceptos, debates y contribuciones teóricas relacionados con la actuación del Servicio Social en la salud mental. En este contexto, los principales resultados revelan que la labor del asistente social en salud mental va más allá de la simple prestación de servicios. Abarca la defensa de los derechos de las personas que sufren trastornos psíquicos, el fortalecimiento de la inclusión social y la lucha contra los estigmas que históricamente rodean a los trastornos mentales. La presencia de este profesional en equipos interdisciplinarios es fundamental para desarrollar estrategias de atención que prioricen la autonomía de los usuarios, garantizando una atención integral y humanizada.

Palabras clave: Servicio social. Salud mental. Intersectorialidad. Políticas públicas.

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo examina o papel do Serviço Social no campo da saúde mental, com ênfase na prática profissional do assistente social. Para tanto, busca-se compreender a evolução histórica da profissão no Brasil, desde sua fase inicial, situada entre as décadas de 1940 e 1960, até sua consolidação no período posterior à ditadura militar.

Nesse percurso histórico, destaca-se que a expansão dos hospitais psiquiátricos foi impulsionada pelas reformas da Previdência e da Saúde, o que resultou na terceirização dos serviços e no crescimento da rede privada. Esse processo contribuiu para a ampliação da atuação do profissional de Serviço Social na saúde mental, tornando sua participação cada vez mais relevante e estratégica nesse setor (Orsini; de Oliveira, 2020).

Diante desse cenário, o campo da saúde mental se sobressai como um espaço de intervenção profissional diretamente relacionado aos serviços de acesso, encaminhamentos e garantia de direitos no âmbito da rede de assistência. Trata-se de uma atuação que articula a promoção de direitos, a prevenção e, sobretudo, a intervenção social, com ênfase na atenção psicossocial e na ampliação do acesso às políticas públicas voltadas a uma demanda ampla e complexa.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a saúde mental constitui um componente essencial para o desenvolvimento das capacidades individuais e coletivas, possibilitando que os sujeitos realizem escolhas, construam relações e influenciem o meio social em que vivem. Nessa perspectiva, a

saúde mental é reconhecida como um direito humano fundamental e como um elemento indispensável para o desenvolvimento pessoal, comunitário e socioeconômico.

A partir dessa compreensão, torna-se imprescindível reconhecer que o assistente social, além de integrar a rede de políticas públicas de saúde, atua de forma articulada em equipes multiprofissionais no campo da saúde mental. Seu trabalho está voltado ao fortalecimento da inclusão social, por meio de estratégias e ações que assegurem o acesso a direitos tanto às pessoas em sofrimento psíquico quanto aos seus familiares, em consonância com os princípios constitucionais vigentes (Ferreira, 2021).

Dessa forma, este estudo tem como objetivo analisar o papel do profissional de Serviço Social na área da saúde mental, enfatizando sua atuação na defesa de direitos, no fortalecimento da rede de suporte psicossocial e na garantia de acesso às políticas públicas destinadas a essa população.

Quanto à estrutura, o trabalho organiza-se da seguinte maneira: inicialmente, apresenta-se a introdução; em seguida, a revisão bibliográfica, que aborda uma breve contextualização histórica do Serviço Social no campo da saúde mental e a prática profissional na promoção da saúde mental. Posteriormente, são discutidos os principais espaços de atuação do assistente social e a importância da intersetorialidade no atendimento psicossocial. Na sequência, expõem-se a metodologia do estudo, os resultados e a discussão, finalizando-se com as considerações finais.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Breve história do Serviço Social no campo da saúde mental

De acordo com Bisneto (2007), a inserção dos assistentes sociais no Brasil ocorreu inicialmente no campo da saúde mental, a partir de 1946. Entretanto, nas três primeiras décadas de existência da profissão, a presença desses profissionais em manicômios, hospitais e clínicas psiquiátricas era bastante reduzida. Até a década de 1960, o número de assistentes sociais atuando nesses espaços manteve-se em declínio. Na década de 1940, esses profissionais encontravam-se subordinados à autoridade médica, desempenhando funções restritas, como o contato com familiares para comunicação de altas hospitalares, a coleta de informações sociais e familiares e a emissão de atestados sociais. Dessa forma, a atuação profissional caracterizava-se por práticas assistencialistas, burocráticas, subalternas e desprovidas de uma perspectiva crítica.

Com o golpe civil-militar de 1964 e a instauração da ditadura, observou-se um aumento significativo na contratação de assistentes sociais para a área da saúde mental. Tal ampliação esteve diretamente relacionada ao crescimento das instituições psiquiátricas em todo o país, impulsionado pelas reformas da

previdência e da saúde promovidas pelo regime, que priorizaram a privatização dos serviços médicos e a centralização da gestão. A terceirização da assistência psiquiátrica para a rede privada resultou na abertura de diversas clínicas conveniadas ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), conforme aponta Bisneto (2007). Nesse contexto, o Estado passou a investir na compra desses serviços, gerando impactos significativos na organização da política de saúde mental.

Nesse sentido, a intervenção do Serviço Social na saúde mental brasileira intensificou-se a partir da década de 1970, quando os assistentes sociais foram contratados, sobretudo, para viabilizar o funcionamento do sistema manicomial. Tal sistema estava mais voltado à contenção social da pobreza do que ao cuidado efetivo do sofrimento psíquico (Bisneto, 2007). Durante esse período, as instituições psiquiátricas recebiam expressivo apoio financeiro, ao mesmo tempo em que eram alvo de críticas por reforçarem práticas de segregação e desumanização dos sujeitos em sofrimento mental (Lima, 2018).

Paralelamente, o Movimento de Reconceituação do Serviço Social trouxe importantes tensionamentos para a prática profissional nesse campo. Houve dificuldades na articulação entre teoria e prática, uma vez que o modelo asilar mostrava-se incompatível com as bases teórico-metodológicas de inspiração marxista que fundamentavam o movimento (Orsini; de Oliveira, 2020). Já na década de 1980, com o processo de redemocratização do país, a categoria profissional se fortaleceu e passou a contribuir de forma mais ativa para a construção dos princípios da Reforma Psiquiátrica, que defendia a desinstitucionalização, a universalização do acesso à saúde e a garantia de direitos (Queiroz, 2010).

A criação do Sistema Único de Saúde (SUS) evidenciou ainda mais a relevância da atuação dos assistentes sociais na reestruturação dos serviços de saúde, além de intensificar práticas voltadas à intersetorialidade e ao controle social (Castro; Andrade, 2014). Nesse contexto, o documento *Parâmetros para Atuação do Assistente Social na Política de Saúde* (2008), elaborado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), passou a orientar a prática profissional, alinhando-a ao Projeto Ético-Político da profissão e à concepção da saúde como um direito social (Vasconcelos, 2002).

Nesse processo de avanços normativos e institucionais,

a constituição do Sistema único de Saúde (SUS), a promulgação da Lei nº 10.216/2001 (Lei da Reforma Psiquiátrica), da portaria nº336/2002, da portaria nº 3.088/2011 dentre outros textos legais, foram trazidos importantes avanços para a assistência à saúde mental. Os textos citados representam conquistas em direção à Reforma Psiquiátrica (RP) no Brasil, trazendo o estabelecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e a primazia do cuidado em liberdade para as pessoas em sofrimento mental (Lourenço de Azevedo; Leite Gomes, 2024, p.3).

Dessa forma, na década de 1990 o processo de consolidação da Reforma Psiquiátrica intensificou a substituição dos hospitais psiquiátricos por serviços de base comunitária, ampliando significativamente a

participação do Serviço Social no campo da saúde mental. A evolução da profissão nessa área passou a ser marcada por mudanças teórico-metodológicas e pelo fortalecimento do compromisso ético-político com a transformação social e a defesa dos direitos dos usuários (Bisneto, 2007).

2.2 A prática de atuação do assistente social na Promoção na Saúde Mental

Ao abordar a atuação do assistente social na promoção da saúde mental, é essencial levar em conta que, como enfatiza Gursen (2024), essa função enfrenta desafios consideráveis. No entanto, também se apresenta como um contexto favorável para promover a justiça social, defender os direitos humanos e melhorar as condições de vida das pessoas vulneráveis.

Conforme apresentado no capítulo anterior, a atuação do Serviço Social na saúde mental consolidou-se a partir da Reforma Psiquiátrica, uma vez que esse processo possui uma base social e política que demandou a inserção de profissionais capacitados para intervir nessas dimensões. A aproximação entre o Serviço Social e a saúde mental contribuiu para avanços importantes no cuidado aos usuários, sobretudo a partir da década de 1990, quando a profissão passou a desenvolver projetos de intervenção, como assistência domiciliar, projetos de trabalho e habitação, além de ações de atenção psicossocial (Coutinho; Santos, 2016).

Nesse contexto, as diretrizes do Sistema Único de Saúde (SUS) enfatizam os princípios da universalidade e da integralidade no atendimento aos usuários, bem como a descentralização dos recursos e a regionalização das ações, considerando as especificidades de cada território. A concepção de saúde adotada ultrapassa a noção restrita de ausência de doença, estruturando-se de forma intersetorial para enfrentar os múltiplos determinantes do processo saúde-doença, especialmente por meio de ações articuladas entre diferentes políticas públicas (Silva; Santos, 2019).

Sob essa perspectiva, o assistente social atua na promoção da equidade no acesso aos serviços de saúde, na identificação e encaminhamento das demandas sociais que impactam a saúde dos usuários e na articulação de diferentes políticas públicas, visando à garantia de um cuidado integral. Ademais, desenvolve ações de prevenção, educação em saúde e fortalecimento da autonomia de indivíduos e comunidades, contribuindo para a efetivação dos princípios do SUS e para a redução das desigualdades sociais no acesso à saúde (Silva; Santos, 2019).

Desse modo, a promoção da saúde mental encontra-se intrinsecamente vinculada à defesa dos direitos sociais e à construção de estratégias que visem à melhoria da qualidade de vida dos usuários dos serviços de saúde mental. Essa atuação ocorre por meio de ações preventivas e educativas, desenvolvidas

em conjunto com a equipe interdisciplinar, com o objetivo de promover a inclusão social e enfrentar o estigma ainda associado ao sofrimento psíquico.

Cabe ressaltar que o campo da saúde mental oferece amplas possibilidades de atuação profissional, nas quais o assistente social trabalha de forma articulada com outros profissionais, sob uma perspectiva interdisciplinar. Nesse sentido, destaca-se que:

a interdisciplinaridade implica uma atuação conjunta das diferentes áreas do saber, a mistura desses saberes e o desafio de preservar a particularidade de cada profissão. O Código de Ética do Assistente Social, de forma conjunta com a Lei da Reforma Psiquiátrica, destaca a necessidade de se enfatizar a interdisciplinaridade tanto na atuação profissional quando na prestação integral da saúde mental ao usuário, a qual rompe com a fragmentação do atendimento. Assim, enfatiza-se que a definição de uma saúde ampla compreende na busca por um diálogo entre as diferentes categorias profissionais, desde o ensino até a materialização das ações (Silva; Santos, 2019, p.110).

Segundo Lourenço de Azevêdo e Leite Gomes (2024), ao integrar equipes interdisciplinares no campo da saúde mental, os assistentes sociais contribuem significativamente para a troca de saberes proporcionada por esse modelo de trabalho e, sobretudo, para o aprimoramento das intervenções junto aos usuários, a partir de uma abordagem biopsicossocial.

Além disso, Orsini e De Oliveira (2021) ressaltam que, nesse campo de atuação, faz-se necessário um profissional que, além do compromisso ético com a prática profissional, invista em formação continuada e na aquisição de instrumentos, técnicas e estratégias que possibilitem a construção de redes articuladas com outros profissionais, caracterizando o trabalho em equipe interdisciplinar.

Nesse sentido, o assistente social desempenha um papel fundamental na elaboração e implementação de estratégias voltadas à promoção, prevenção e intervenção em saúde mental. Sua atuação, alinhada aos princípios da interdisciplinaridade, contribui para a formulação de políticas públicas e para a garantia dos direitos sociais dos usuários dos serviços de saúde mental (Orsini; De Oliveira, 2021). Conforme aponta De Souza (2024), esse profissional assume o compromisso com a defesa da dignidade humana, atuando como mediador entre os sujeitos e as instituições e fortalecendo redes de suporte social e comunitário.

Conforme enfatiza Queiroz (2010), o assistente social, nesse campo, deve articular sua prática às diretrizes da Reforma Psiquiátrica, promovendo o cuidado em liberdade e a inserção social dos usuários, ao mesmo tempo em que enfrenta práticas excludentes e patologizantes. Assim, sua atuação ultrapassa a esfera estritamente clínica, abrangendo a luta por políticas de inclusão e pelo acesso a direitos fundamentais, como moradia, trabalho e assistência social.

Portanto, a articulação entre profissionais de diferentes áreas no contexto da saúde mental não apenas qualifica a assistência prestada, mas também reafirma o compromisso com um modelo de atenção mais humanizado, integral e resolutivo, conforme preconizado pelas políticas públicas, em especial pela Reforma Psiquiátrica Brasileira (Brasil, 2001).

2.3 Principais espaços do profissional na promoção da saúde mental

A atuação do assistente social na promoção da saúde mental concretiza-se por meio de objetivos que articulam as demandas relacionadas ao adoecimento psíquico, o acompanhamento das necessidades sociais dos usuários e a implementação de estratégias de intervenção adequadas às diferentes realidades sociais (Rocha, 2021). Trata-se de uma prática que exige uma compreensão ampliada do processo saúde-doença, considerando não apenas os aspectos clínicos, mas também as determinações sociais que atravessam a vida dos sujeitos.

Ressalta-se que essa atuação profissional varia conforme as demandas apresentadas, que podem envolver desde a assistência psiquiátrica até questões relacionadas às relações familiares, aos vínculos sociais e às condições econômicas e culturais dos usuários (Silva *et al.*, 2015). Dessa forma, o trabalho do assistente social ultrapassa o cuidado restrito à doença, incorporando a análise das expressões da questão social que impactam diretamente a saúde mental.

De acordo com o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2010), a atuação do assistente social no campo da saúde abrange múltiplas manifestações da questão social, como o preconceito, o estigma e as situações de vulnerabilidade social vivenciadas por pessoas em sofrimento psíquico. A inserção desse profissional nas equipes multidisciplinares dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) ocorre no contexto da Reforma Psiquiátrica e do reconhecimento da saúde como um direito social, garantido pela Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido, a presença do assistente social nos serviços de saúde mental é essencial, uma vez que os usuários atendidos enfrentam, além do sofrimento psíquico, outras formas de exclusão social próprias da sociedade capitalista, tais como pobreza, escassez de recursos, discriminação e fragilização dos vínculos sociais (Paes, 2017). Diante desse cenário, a atuação profissional volta-se à mediação entre os usuários, suas famílias e as políticas públicas, com vistas à garantia de direitos e à promoção da inclusão social.

Os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) configuram-se como os principais espaços de atuação do assistente social na promoção da saúde mental. Conforme Rocha (2021), esses serviços têm como

objetivo central fortalecer a autonomia, a cidadania e a participação social dos usuários. Segundo o Ministério da Saúde (2004), os CAPS são organizados conforme o tipo de atendimento oferecido, sendo classificados como CAPS I, CAPS II, CAPS III, CAPSi e CAPSad (p. 147).

Nesse contexto, destaca-se:

Os espaços mais comuns de atuação dos assistentes sociais são os Centros de Atenção Psicossocial-CAPS, instituições com objetivo de dar autonomia e cidadania aos usuários. De acordo com Ministério da Saúde (2004) os CAPS podem ser divididos de acordo com o atendimento, podendo ser: CAPSI, CAPSII, CAPSIII, CAPSi e CAPSad (p.147).

Ainda,

O CAPS I faz atendimentos a pacientes com transtornos severos e persistentes, tendo uma média de 9 funcionários, em municípios com 20 a 50 mil habitantes. O CAPS II faz atendimento a municípios com maior volume de habitantes se comparado com o CAPSI, tendo o atendimento caracterizado igualmente ao anterior. O CAPS III tem uma cobertura maior que os anteriores, o que o caracteriza como maior da rede, sendo capaz de atender municípios com até 200 mil habitantes. O CAPSi é um tipo de centro específico para o atendimento de crianças e adolescentes com transtornos mentais. O CAPSad é próprio para pessoas que tem dependência com álcool ou drogas (Rocha, 2021, p.147).

Portanto, o Ministério da Saúde (2004), ressalta que a função desses centros consiste em atender diariamente às necessidades dos usuários, por meio de procedimentos individualizados e ações voltadas à inclusão social. O acesso aos serviços ocorre, em geral, por meio de encaminhamentos realizados pela Estratégia de Saúde da Família (ESF), por outros serviços da rede de saúde ou a partir do contato direto de familiares com o CAPS.

2.4 A importância da intersectorialidade no atendimento psicossocial

Refletir sobre os serviços de assistência psicossocial implica confrontar o modelo de cuidado ainda vigente, centrado na redução de sintomas, na fragmentação do indivíduo e na hierarquização das relações entre profissionais e usuários, características fortemente influenciadas pelo modelo biomédico. Nesse sentido, o cuidado em saúde mental deve ser construído de forma coletiva, por meio da articulação entre diferentes profissionais e setores, com vistas à promoção de um atendimento mais integral e humanizado (Oliveira; Fabrici; Santos, 2018).

Abordar os serviços de assistência psicossocial implica destacar a rede socioassistencial, pois se trata de uma política social que une esforços do governo e da sociedade civil, disponibilizando serviços e programas que asseguram a proteção social. Ela engloba uma variedade de serviços, como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social

(CREAS), além de outros serviços direcionados a grupos específicos, como crianças, jovens, idosos e pessoas com deficiência (Ministério da Saúde, 2026).

Nesse contexto, a intersetorialidade configura-se como um conceito central, ao referir-se à integração e à cooperação entre distintos setores da sociedade para o enfrentamento de problemáticas sociais complexas. Trata-se de uma estratégia que reconhece a necessidade de articulação entre áreas como saúde, educação, assistência social, entre outras, considerando que as demandas sociais não podem ser compreendidas nem enfrentadas de forma isolada. Assim, conforme destaca Mendonça (2024):

a intersetorialidade é um conceito fundamental, referindo-se à integração e colaboração entre diferentes setores da sociedade para lidar com problemas sociais complexos. Representa a interligação entre áreas como saúde, educação, assistência social e outras, reconhecendo que as demandas sociais não podem ser compreendidas e resolvidas de maneira isolada, respeitando o ser como um ser social inserido em um contexto específico, bem como, busca gerar o senso de pertencimento da rede não só para os profissionais, mas também para usuários(as) e suas famílias (Mendonça, 2024, p.16).

A partir dessa compreensão, reconhece-se que fatores sociais, econômicos e culturais exercem influência direta sobre a saúde mental. Desse modo, a cooperação entre os setores da saúde, educação e assistência social torna-se indispensável para a oferta de um cuidado mais completo e eficaz, possibilitando uma leitura ampliada das necessidades dos sujeitos, uma vez que são múltiplos os determinantes que impactam o sofrimento psíquico (OMS, 2014).

No campo da saúde mental, a intersetorialidade revela-se essencial para assegurar um atendimento psicossocial efetivo, no qual as diferentes áreas de atuação trabalhem de forma articulada e complementar, garantindo que as demandas dos usuários sejam atendidas de maneira integral.

Mendonça (2024) ressalta que a intersetorialidade se materializa, sobretudo, na formulação e implementação de políticas públicas, nas quais diferentes instituições e campos do conhecimento se articulam para enfrentar questões sociais complexas, como pobreza, violência, exclusão social e fragilização das condições de saúde. Nesse sentido, evidencia-se o potencial de fortalecimento das práticas profissionais quando a rede intersetorial é efetivamente integrada a uma perspectiva multidisciplinar do fazer profissional.

A atuação intersetorial e interdisciplinar não apenas amplia a efetividade das intervenções sociais, como também favorece a construção de uma cultura de cooperação e solidariedade entre profissionais de diferentes áreas do conhecimento. Ao integrar esforços e saberes, fortalece-se a promoção da justiça social, a defesa dos direitos humanos e a construção de comunidades mais resilientes e inclusivas. Ademais, a cooperação intersetorial possibilita a constituição de redes de apoio mais acessíveis e eficientes,

assegurando o uso racional e estratégico dos recursos disponíveis em benefício dos usuários (Scarcelli; De Souza Alencar, 2009; Mendonça, 2024).

Contudo, para que a intersetorialidade se efetive de maneira consistente, faz-se necessário superar desafios como a fragilidade da comunicação entre os serviços e a excessiva burocratização dos processos, estimulando, assim, uma cultura institucional pautada na cooperação, no diálogo e na corresponsabilização entre os diferentes setores envolvidos.

3. METODOLOGIA

Como método de pesquisa científica, adotou-se a revisão bibliográfica, de natureza qualitativa, a qual possibilitou a análise e a sistematização de produções científicas relevantes sobre o tema em estudo. Essa abordagem fundamenta-se na coleta e interpretação de informações consolidadas no campo acadêmico, permitindo a compreensão aprofundada dos conceitos, debates e contribuições teóricas relacionadas à atuação do Serviço Social na saúde mental.

A pesquisa qualitativa mostra-se adequada por possibilitar a apreensão dos significados, valores, crenças e práticas sociais que permeiam os fenômenos investigados, especialmente aqueles relacionados às dimensões sociais e subjetivas do cuidado em saúde mental. Conforme destaca Minayo (1992), esse tipo de abordagem preocupa-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado, voltando-se à compreensão das relações, dos processos e das representações sociais construídas historicamente.

Nesse sentido, a revisão bibliográfica constituiu-se como um instrumento fundamental para a construção do referencial teórico do estudo, uma vez que permitiu o diálogo crítico com autores clássicos e contemporâneos da área, além da análise de legislações, políticas públicas e documentos institucionais pertinentes. Tal procedimento metodológico contribuiu para a consolidação de uma base teórica consistente, alinhada aos objetivos propostos e às reflexões desenvolvidas ao longo da pesquisa, conforme orienta Minayo (1992).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise da revisão bibliográfica permitiu compreender o papel do assistente social na área da saúde mental como central na defesa de direitos, no fortalecimento da rede de atenção psicossocial e na mediação do acesso às políticas públicas. Os estudos evidenciam que a atuação do Serviço Social nesse campo está intrinsecamente relacionada ao projeto ético-político da profissão, o qual orienta práticas comprometidas com a cidadania, a justiça social e a garantia de direitos sociais (CFESS, 2010; Bisneto, 2007).

Os resultados apontam que o assistente social atua de forma estratégica na promoção dos direitos das pessoas em sofrimento psíquico, especialmente após a promulgação da Lei nº 10.216/2001, que redirecionou o modelo assistencial em saúde mental no Brasil, priorizando práticas comunitárias, territoriais e substitutivas ao modelo manicomial (Brasil, 2001). Nesse contexto, o profissional contribui para a consolidação da Reforma Psiquiátrica, ao combater práticas excludentes e reforçar o cuidado em liberdade, conforme discutido por Lima (2018) e Orsini e Oliveira (2020).

No que diz respeito à defesa de direitos, as pesquisas revisadas evidenciam que o assistente social exerce uma função de suma relevância na orientações dos usuários e suas famílias sobre seus direitos sociais, previdenciários e assistenciais. Além disso, ele atua na conexão com a rede de serviços socioassistenciais e de saúde. Essa atuação não apenas fortalece a cidadania, mas também promove a inclusão social dos usuários de serviços de saúde mental, desafiando estigmas que historicamente cercam a loucura (Vasconcelos, 2002; Rocha, 2021). Outro aspecto significativo que emergiu dos resultados é o fortalecimento da rede de apoio psicossocial.

A literatura ressalta que o trabalho do assistente social nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e em outras instâncias da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) envolve a criação de estratégias intersetoriais, que conectam saúde, assistência social, educação, trabalho e habitação (Ministério da Saúde, 2004; De Souza, 2024). Essa articulação é fundamental para assegurar a integralidade do cuidado, como defendem Scarcelli e Alencar (2009), que destacam a intersetorialidade como um princípio essencial na política de saúde mental.

Estudos empíricos e relatos de experiência evidenciam que o assistente social atua como mediador entre os usuários e os serviços, contribuindo para o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, além de incentivar a participação social dos sujeitos no território (Silva et al., 2015; Lourenço de Azevêdo; Leite Gomes, 2024). Tal atuação está alinhada à concepção de saúde mental enquanto fenômeno social, histórico e cultural, conforme discutido pela Organização Mundial da Saúde (WHO, 2014; OMS, 2022). No que diz respeito ao acesso às políticas públicas, os resultados indicam que o assistente social exerce papel essencial na viabilização do acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) e às políticas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), especialmente para usuários em situação de vulnerabilidade social. Conforme apontam Castro e Andrade (2014) e Gursen (2024), esse profissional atua na identificação de demandas sociais, no encaminhamento para benefícios e serviços, e no acompanhamento dos usuários, garantindo que o cuidado em saúde mental não se restrinja à dimensão clínica.

Além disso, a atuação do assistente social na equipe multiprofissional é destacada como fundamental para a construção de práticas interdisciplinares e humanizadas. Os estudos de Silva e Santos

(2019) e Coutinho e Santos (2016) evidenciam que a presença do Serviço Social contribui para ampliar a compreensão do sofrimento psíquico para além do diagnóstico, incorporando determinantes sociais, familiares e econômicos ao planejamento do cuidado.

Dessa forma, os achados confirmam que as funções exercidas pelo assistente social na saúde mental são essenciais para assegurar serviços de qualidade, pautados na integralidade, na humanização e no respeito à dignidade humana. A prática profissional, ao articular defesa de direitos, fortalecimento da rede psicossocial e acesso às políticas públicas, reafirma o compromisso do Serviço Social com a transformação social e com a efetivação da Reforma Psiquiátrica no Brasil (Bisneto, 2007; Paes, 2017; Queiroz, 2010).

5. CONCLUSÃO

Ao examinar o propósito deste estudo, ficou claro que o Serviço Social ocupa uma posição fundamental na área da saúde mental, atuando como um elo crucial entre os usuários, a rede de apoio psicossocial e as políticas públicas. A evolução histórica da profissão demonstra uma transição de práticas assistencialistas para uma abordagem crítica, ética e interventiva, em consonância com os princípios da Reforma Psiquiátrica e do Sistema Único de Saúde (SUS).

Nesse cenário, os principais resultados revelam que a atuação do assistente social na saúde mental vai além da simples oferta de serviços. Ela abrange a defesa dos direitos das pessoas que enfrentam sofrimento psíquico, o fortalecimento da inclusão social e a luta contra os estigmas que historicamente cercam os transtornos mentais. A presença desse profissional em equipes interdisciplinares é fundamental para desenvolver estratégias de cuidado que priorizam a autonomia dos usuários, assegurando um atendimento integral e humanizado.

No entanto, a implementação das políticas públicas voltadas para a saúde mental ainda enfrenta obstáculos consideráveis, como a fragmentação dos serviços, a burocracia excessiva e a falta de integração entre os diferentes níveis de atendimento. Esses desafios ressaltam a necessidade de fortalecer a comunicação institucional e promover práticas colaborativas entre os profissionais e as instituições da rede.

Portanto, é essencial aumentar os investimentos em políticas e serviços de saúde mental, além de reconhecer a importância do assistente social na promoção de cuidados que respeitem a dignidade humana. A proteção dos direitos das pessoas com transtornos mentais requer um esforço conjunto para desenvolver uma política de saúde mental que seja inclusiva, acessível e socialmente responsável.

REFERÊNCIAS

- BISNETO, J. A. **Serviço Social e Saúde Mental: uma análise institucional da prática**. São Paulo: Cortez, 2007.
- BRASIL. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. **Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2001.
- CASTRO, Jamile Silva de Oliveira; ANDRADE Laurinete Sales de. **Serviço Social e o SUS: Desafios na Prática do Assistente Social**, 2014. Disponível em: 11 <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/sss/article/view/8634923/2812>. Acessado em 8 de março de 2025.
- CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Parâmetros para atuação de assistentes sociais na saúde**. Brasília, 2010.
- COUTINHO, Dalsiza Cláudia Macedo Coutinho; SANTOS, Rosemeire dos Santos. O trabalho do/a assistente social na saúde mental Atribuições privativas e competências profissionais em debate. Revista EDUC-Faculdade de Duque de Caxias/Vol. 03- Nº 1/Jan-Jun 2016. Disponível em: <http://uniesp.ed>
- DE SOUZA, Vera Lucia Fonseca. **A rede de atenção psicossocial no município de Belém: Interfaces e desafios na intersectorialidade da sua construção**. Editora CRV, 2024.
- FERREIRA, H. G. **Saúde mental. Dicionário de avaliação psicológica**, p. 270-272, 2021.
- GURSEN, Ana Paula Cordeiro Chaves. O SERVIÇO SOCIAL E O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (SUAS): tecendo uma análise da importância do assistente social no campo da assistência. **Ebooks Thesis Editora Científica**, [S. l.], v. 1, n. 3, 2024. DOI: [10.5281/zenodo.10599665](https://ojs.thesiseditora.com.br/index.php/thesispub/article/view/6). Disponível em: <https://ojs.thesiseditora.com.br/index.php/thesispub/article/view/6>. Acesso em: 21 jan. 2026.
- LIMA, Aluísio Ferreira de (Org.). (RE) **Pensando a Saúde Mental e os Processos de Desinstitucionalização: histórias, intervenções e desafios ético-políticos**. 1ª. ed. Curitiba: Appris, 2018.
- LOURENÇO DE AZEVÊDO, I. K.; LEITE GOMES, M. de F. SERVIÇO SOCIAL E SAÚDE MENTAL : RELATO DE EXPERIÊNCIA NO CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL III . **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences** , [S. l.], v. 6, n. 3, p. 2641–2666, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n3p2641-2666. Disponível em: <https://bjih.s.emnuvens.com.br/bjih.s/article/view/1626>. Acesso em: 14 mar. 2025.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. In: **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 1992. p. 269-269.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. **DAPE, Coordenação Geral de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas. Saúde mental no SUS: os centros de atenção psicossocial**. Secretária de Atenção à Saúde. Ministério da Saúde: Brasília. 2004.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Rede de Atenção Psicossocial (RAPS)**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/saes/desmad/raps>. Acesso em: 22 jan. 2026.

OLIVEIRA, T. T. S. S.; FABRICI, E. P.; SANTOS, M. A. Estrutura e funcionamento de uma equipe de saúde mental de Trieste na perspectiva de seus integrantes: um estudo qualitativo. **Psicologia em Pesquisa**, v. 12, n. 2, p. 24-35, 2018.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Saúde Mental. 2022**. Disponível em: https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/mental-health-strengthening-our-response/?gad_source=1&gclid=CjwKCAiAuYuvBhApEiwAzq_YiUX1W4BykgOoV_RpuoFOpytUEh6NJcvl2p9iZ-K2bwHN_D9dny7BwBoCFwYQAvD_BwE. Acesso em 28 fev. 2025.

ORSINI, Fernanda Ferreira Tavares; DE OLIVEIRA, Rosane Cristina. O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NO CAMPO DA SAÚDE MENTAL: UM BREVE HISTÓRICO. **MOITARÁ-Revista do Serviço Social da UNIGRANRIO**, v. 1, n. 5, p. 1-13, 2020.

PAES, Juliana Santos. Serviço Social e Saúde Mental: desafios e possibilidades para o Assistente Social na política de Saúde Mental. **VIII Internacional de Políticas Públicas**. 2017. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo14/servicosocialesaudentaldefiosepossibilidadesparaoassistentesocialnapoliticadesau.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2025.

QUEIROZ, Valeria Debortoli de Carvalho. **Entre o Passado e o Presente: a atuação do assistente social no campo da saúde mental**, 2010. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/15056/15056_5.PDF. Acessado em 11 de março de 2025.

ROCHA, Antonia Adriana de Lima. **O assistente social na saúde mental: espaços de atuação**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 03, Vol. 15, pp. 34-51. Março de 2021. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/saude/espacos-de-atuacao>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/saude/espacos-de-atuacao

SCARCELLI, Ianni Regia; DE SOUZA ALENCAR, Sandra Luzia. Saúde mental e saúde coletiva: intersectorialidade e participação em debate. **Cadernos Brasileiros de Saúde Mental/Brazilian Journal of Mental Health**, v. 1, n. 1, p. 67-76, 2009.

SILVA, Jackeline Araujo; Et al. O trabalho do assistente social na saúde mental: um olhar a partir da experiência de estágio no CAPS II leste em Teresina-Piauí. VII Jornada Internacional de Políticas Públicas. 2015. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo10/o-trabalho-do-assistente-social-na-saude-mental-experiencia-de-estagio-no-caps-ii-leste-em-teresina.pdf>. Acesso em: 04 abr. 2025.

SILVA, Juliana Cândido da. SANTOS, Henrique Mendes dos. **Serviço Social e Saúde Mental: Atuação do Assistente Social na equipe multiprofissional**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 04, Ed. 10, Vol. 01, pp. 106-120. Outubro de 2019. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/ciencias-sociais/servico-social>

VASCONCELOS, Eduardo Mourão (org.), **Saúde Mental e o Serviço Social: o desafio da subjetividade e da interdisciplinaridade, 2002**. Editora Cortes, São Paulo.

WHO. World Health Organization In: **Mental health: a state of well-being**. 2014.